

Ricardo Reis: a *apatheia* pela renúncia.

Ricardo Reis: *apatheia* by renunciation.

Diogo Ballesterio Fernandes de Oliveira
Mestrando em Filosofia/PPGF-UFRJ

RESUMO: O presente artigo almeja um modesto diálogo entre Literatura e Filosofia. Dizemos modesto, pois o corpus abarcado será pequeno: três odes de Ricardo Reis. Por meio dos três poemas pensaremos a respeito de um conceito filosófico caro ao Estoicismo, a saber, o conceito *apatheia*, e a sua assimilação pelo poeta Ricardo Reis. Deste modo, pensamos problematizar o conceito, pensamos problematizar o Poeta, entenda-se, sua linguagem poética.

PALAVRAS-CHAVE: APATHEIA; RICARDO REIS; RENÚNCIA.

ABSTRACT: This article aims at a modest dialogue between literature and philosophy. We say modest because the corpus to be studied is small: three odes of Ricardo Reis. Through three poems we will think about an important philosophical concept to Stoicism, namely *apatheia* concept, and its assimilation by the poet Ricardo Reis. Thus, we will discuss the concept and the Poet, that is to say, his poetic language.

KEY-WORDS: APATHEIA; RICARDO REIS; RENUNCIATION.

Introdução

O presente artigo promove um diálogo entre Filosofia e Literatura. Em termos mais precisos, se vale de três odes do heterônimo pessoano Ricardo Reis para problematizar o Estoicismo, ou melhor, para problematizar um dos pilares da Escola do Pórtico, a saber, o conceito de *Apatheia*. A escolha das três odes é em função daquilo que se pretende problematizar em relação ao Estoicismo, e também em função do caráter sintético que possuem em relação a uma visão panorâmica que pretendemos fornecer em relação à poética de Ricardo

Reis. Fruto do amor à Literatura, e do imenso gosto à Filosofia, este artigo procura dar azo a uma investigação que nos propicie juntar duas paixões, o lírico e o reflexivo. Germe para um futuro estudo mais amplo, este artigo pretende enriquecer dois campos, assim, por meio da leitura crítica dos poemas, pretendemos dimensionar (redimensionar?) o conceito *apatheia*, ou, pelo menos, trazer questões para refletir a respeito do mesmo, e pretendemos também lançar uma luz interpretativa a respeito de um dos mais famosos heterônimos de Fernando Pessoa. Enfim, o presente artigo é, antes de tudo, um diálogo entre dois campos extremamente próximos: Filosofia e Literatura. Futuramente, pretendemos abarcar com as questões do Estoicismo toda a obra lírica de Ricardo Reis, por agora, pensamos que as três odes escolhidas sejam o suficiente para indicar o que pensamos do Poeta, e para tentar vislumbrar a aplicabilidade do conceito filosófico em questão, o da *apatheia*.

Podemos definir o termo grego Ataraxia como “ausência de inquietude” ou “tranquilidade da alma.” O termo ataraxia se constituiu como pilar das escolas filosóficas: Epicurismo, Ceticismo, Estoicismo¹. Sendo o Estoicismo o escopo da presente análise, deixemos as outras duas escolas, e concentremos nossas atenções para a Stoa. No cerne do modo de viver almejado pelo filósofo estoico está o conceito de ataraxia, no entanto, a questão para o estoico era muito mais do que tão somente uma tranquilidade da alma. Embora o termo ataraxia tenha de fato percorrido as três escolas filosóficas helenísticas, cada uma explorando o termo na especificidade de seu pensamento filosófico, no Estoicismo, o termo sofreu associação com outro, a saber, *apatheia*, que acabou tendo a primazia no pensamento da Stoa, porque embora o estoico almejasse a tranquilidade da alma, buscasse a ausência de inquietude, não demorou, no entanto, a perceber que um perigo rondava constantemente este estado tão almejado: as paixões. Aí, porque o termo *apatheia* foi o cerne filosófico do Estoicismo. Era a guerra às paixões. Giovanni Reale, ao tratar desta questão, faz referência a Zenão de Cítio e nos diz:

As paixões, das quais depende a infelicidade do homem, são, para os Estoicos, erros da razão ou, de qualquer modo, consequências deles. Enquanto tais, ou seja, enquanto erros do logos, é claro que não tem sentido, para os Estoicos, "moderar" ou

¹ MORA, 2000, p. 153.

"circunscrever" as paixões: como já dizia Zenão, elas devem ser destruídas, extirpadas e erradicadas totalmente. Cuidando do seu *logos* e fazendo-o ser o mais possível reto, o sábio não deixará sequer nascerem as paixões em seu coração, ou as aniquilará ao nascerem. (REALE, 2007, p. 292)

De fato, sendo a paixão entendida como um erro da razão, não há sentido em tentar dar à paixão um lugar no viver humano, porque ela em si já é entendida como um erro. Não há negociação neste sentido. A paixão, o *pathos*, é o elemento desestabilizador no homem, do qual o estoico deve estar atento "cuidando do seu *logos* e fazendo-o ser o mais possível reto". Da maneira como a questão é posta, o perfeito funcionamento do *logos* implica a ausência da paixão, assim, não haverá nenhum esforço de conciliação, de ordenação da mesma dentro do *logos*, mas sim o seu banimento, e o desenvolvimento de uma condição mental que impossibilite o seu nascimento no homem. Claro fica aqui que há uma concepção de homem na qual a única natureza válida é a racional, isto é, não se nega o fato de que o homem possua um lado emotivo, irracional, passional, mas, embora não negado, esse lado passional é imediatamente classificado como um erro, e, assim sendo, o estoico deve estar em estado de constante vigilância para que as paixões não nasçam em si. Ou seja, na prática, o homem possui uma "única" natureza, porque uma única *lhe* é permitida. Assim, Giovanni Reale alude a Zenão quando diz que este entendia que as paixões "devem ser destruídas, extirpadas e erradicadas totalmente", pois elas colocariam o *logos* humano em risco, se não de existência, pelo menos de harmonia. O *pathos*, aqui, é essencialmente perturbação de espírito, e é isto que tira o homem do devido *logos*, por isso, como observa o professor Reale, a importância de cuidar "do seu *logos* (...) fazendo-o ser o mais possível reto" e não permitir as paixões, ou extirpá-las ao nascerem. E o pensamento é absolutamente coerente, pois, em um exame ligeiro, sabemos que o ser humano quando tomado por qualquer paixão (raiva, mágoa, despeito, inveja, amor, etc.), possui enorme dificuldade de equacionar uma situação da vida e atribuir a cada parte (e a si mesmo) o grau de responsabilidade devido. Se pensarmos o ideal de homem como aquele regido unicamente pela instância racional, qualquer forte paixão será inevitavelmente entendida como um erro, porque retirará deste homem a tranquilidade necessária ao exercício reflexivo. Um homem tomado pela paixão se move em função do que sente, e não em função do que pensa. A *apatheia* para o estoico vem ao

encontro de algo também essencial para o Estoicismo, autarquia. A gerência de si, a verdadeira autonomia, só é possível, em concepção estoica, em um homem que se mova por si, isto é, em função daquilo que julga correto, e não em um homem que se mova em função daquilo que sente, ou seja, se move porque suas paixões o obrigam a agir de tal maneira. Esse homem é um escravo, pois age em função do que sente, e pensa em função do que sente. Assim, a autarquia só é possível por meio da *apatheia*. A melhor maneira então para o estoico contornar o perigo representado pelas paixões é não permitir o seu nascimento. E aqui chegamos ao ponto de convergência de nossa reflexão: Ricardo Reis.

Ricardo Reis: a *apatheia* pela renúncia:

Quem é Ricardo Reis? Ricardo Reis é um dos mais famosos heterônimos do poeta português Fernando Pessoa. Pessoa criou diversas personalidades poéticas, e atribuiu a cada uma dessas uma personalidade muito precisa. Seu esmero chegou ao ponto de escrever informações biográficas para cada um de seus principais heterônimos. A respeito de Ricardo Reis, Pessoa diz que nasceu na cidade do Porto, em 19 de setembro de 1887, que estudou em um colégio de jesuítas, e que se formou em medicina, sem, no entanto, chegar a exercer a profissão. Era monárquico por ideologia, e assim, com a implantação da República portuguesa em 5 de outubro de 1910, e a definitiva derrota da monarquia na cidade do Porto, em 19 de janeiro de 1919, Ricardo Reis, em gesto de protesto, se retira de Portugal, e se exila no Brasil, neste mesmo ano. De sua poética, nos interessa saber que Pessoa concebeu este heterônimo como um poeta neoclássico, deste modo a sua forma de expressão foi a ode, e o seu conteúdo poético é de inspiração greco-romana. Na poesia de Ricardo Reis se percebe a imensa influência da cultura clássica no uso da forma poética, a ode, da mitologia grega, de uma sintaxe que tenta reproduzir a sintaxe latina, de um vocabulário afeito a latinismos, e de uma cosmovisão embebida na filosofia helênica, a saber, o Epicurismo e o Estoicismo. A aproximação que Ricardo Reis faz em relação à cultura clássica se dá em diversos níveis, o linguístico, o filosófico e o mitológico. Quanto ao mitológico, há a ocorrência de nomes de deuses, ninfas, e lugares mitológicos, mas também o estabelecimento de um diálogo com o poeta latino Horácio através da interpelação constante a três nomes femininos, correntes nas odes horácianas: Cloe, Lídia, Neera. Este

diálogo com as três moças dá à sua escrita um caráter exortativo, como a de um filósofo a passar constantemente ensinamentos sobre a vida, e, muitos desses seus ensinamentos são de inspiração estoica, mas que, certamente, seriam reprovados, ou, no mínimo, estranhados, por Zenão de Cítio e seus discípulos. Reis é um estoico amargurado e problemático. Para este artigo escolhemos três poemas que possibilitam a exemplificação e discussão daquilo que propusemos no resumo de presente artigo. Lembramos que não se trata de um estudo minucioso da obra do Poeta, pretensão nossa futura, mas apenas do uso de três poemas seus para problematizar o conceito *apatheia*, e para dar uma visão de um traço poético de um dos heterônimos de Fernando Pessoa. Vamos ao primeiro dos três poemas:

Neera, passeemos juntos
Só para nos lembrarmos disto...
Depois quando envelhecermos
E nem os Deuses puderem
Dar cor às nossas faces
E mocidade aos nossos colos,

Lembremos-nos, à lareira,
Cheinhos de pesar
O ser quebrado o fio,
Lembremos-nos, Neera,
De um dia ter passado
Sem nos termos amado...

12/06/1914²

Na ode em questão, como várias nas quais Reis exorta uma figura feminina (Lídia, Cloe ou Neera), há um convite amoroso, ou, inicialmente com aparência de ser amoroso, mas que no decorrer de sua leitura vemos que o mesmo deve frustrar muito as expectativas da mocinha. “Neera, passeemos juntos / só para nos lembrarmos disto...” o não convencional do convite é potencializado pela reticência que fecha (abre) o poema. Reticências sempre abrem. E aqui não é diferente. É um convite, não há dúvida, e o convite é para que se passeie, e um passeio que se abre cheio de expectativas de acontecimentos: abraços? beijos? declarações apaixonadas? Afinal Reis diz ser a finalidade do passeio, haver o que lembrar: “para nos lembrarmos disto...”, e é aí que a reticência joga com a expectativa da mocinha, e a do leitor. E a

² REIS, 2000, pp. 36-37.

promessa é de relacionamento para toda a vida: “depois quando envelhecermos”, mas o amargor de Reis já começa a se manifestar a partir do quarto verso: “e nem os Deuses puderem / dar cor às nossas faces / e mocidade aos nossos colos”. Da projeção para o futuro, o Poeta perspectiva o que ele tem de perda: perda de viço da pele, perda de vitalidade, no caso do colo como o ato de dar colo, ou perda do liso da pele, no caso de um colo enrugado, e dessa perspectiva a amada não fica isenta, como assinala o uso do possessivo nosso. No entanto, pode-se alegar que isso apenas reforça o que o amor do Poeta irá superar: amor espiritual que não se prende às perdas físicas próprias do tempo. A segunda e última estrofe a tudo explica: “lembremos-nos, à lareira, / cheiinhos de pesar / o ser quebrado o fio, / lembremos-nos, Neera, / de um dia ter passado / sem nos termos amado...” A projeção do poema continua no futuro, e parece, à primeira vista, que o casal permanece junto: “lembremos-nos, à lareira”, porém, se estão no mesmo ambiente, certamente em poltronas diferentes, cada um imerso em sua amargura: “cheiinhos de pesar / o ser quebrado o fio”. O fio aqui não é o da vida, pois há recordação, então vivos ainda estão. O fio é a linha amorosa que os unia e, agora, no futuro, está partida. Mas Reis exorta a amada, se assim é possível chamá-la, a recordar o passado: “lembremos-nos, Neera, / de um dia ter passado / sem nos termos amado...” Recordar o quê? É isso mesmo: recordar o que não foi, mas não como sentimento de frustração por não haver sido, muito pelo contrário, e sim recordar momentos agradáveis, ou apenas momentos, sem nenhuma carga afetiva. E, acreditem, isso para Reis é uma virtude. Uma das grandes angústias de Ricardo Reis é a consciência implacável do fim inexorável de tudo, do fim não apenas *in extremis*, mas também do fim como perda gradativa. Desespera-lhe o incessante fluir do tempo, e daí, paradoxalmente, a sua obsessão por se colocar à margem dos rios em tantos poemas. Ricardo Reis sofre por antecipação. A consciência que o Poeta possui de ser o tempo mais poderoso do que os deuses: “depois quando envelhecermos / e nem os Deuses puderem / dar cor às nossas faces / e mocidade aos nossos colos”, faz com que ele prefira não ter o que perder. É esta a sua *apatheia*, é este o seu Estoicismo. Quando ele e Neera olharem para trás, sentados “à lareira, / cheiinhos de pesar / (por) ser quebrado o fio”, não terão o que sofrer, pois que o passado de ambos será vazio de carga afetiva: “sem nos termos amado”. A imperturbabilidade de Ricardo Reis, estado supremo almejado pelo filósofo estoico, é garantida (pelo menos em tentativa) pela ausência de significado do vivido. O que ele propõe à Neera é uma relação amorosa

destituída de afeto, pois desse modo ele sai incólume da perda futura inevitável. Reis não consegue se livrar da angústia de saber que tudo se dissolve ou se transforma, e, por fim, finda no decorrer incessante do tempo, e, assim, por saber da condenação futura a todo e qualquer viver, ele tenta, então, se manter à parte do presente, para não carregar o peso da dor quando esse presente lhe for tempo passado. É necessário que esse presente lhe seja opaco, para que, quando passado, não lhe venha a ser pesado. Continuando em seus “colóquios” aparentemente amorosos, vejamos a seguinte ode, endereçada agora à Lídia:

Vem sentar-te comigo, Lídia, à beira do rio.
Sossegadamente fitemos o seu curso e aprendamos
Que a vida passa, e não estamos de mãos enlaçadas.
(Enlacemos as mãos.)

Depois pensemos, crianças adultas, que a vida
Passa e não fica, nada deixa e nunca regressa,
Vai para um mar muito longe, para ao pé do Fado,
Mais longe que os deuses.

Desenlacemos as mãos, porque não vale a pena
cansarmo-nos.
Quer gozemos, quer não gozemos, passamos como o
rio.
Mais vale saber passar silenciosamente
E sem desassossegos grandes.

Sem amores, nem ódios, nem paixões que levantam a
voz,
Nem invejas que dão movimento demais aos olhos,
Nem cuidados, porque se os tivesse o rio sempre
correria,
E sempre iria ter ao mar.

Amemo-nos tranquilamente, pensando que
podíamos,
Se quiséssemos, trocar beijos e abraços e carícias,
Mas que mais vale estarmos sentados ao pé um do
outro
Ouvindo correr o rio e vendo-o.

Colhamos flores, pega tu nelas e deixa-as
No colo, e que o seu perfume suavize o momento –
Este momento em que sossegadamente não cremos
em nada,
Pagãos inocentes da decadência.

Ao menos, se for sombra antes, lembrar-te-ás de mim
depois
Sem que a minha lembrança te arda ou te fira ou te
mova,
Porque nunca enlaçamos as mãos, nem nos beijamos
Nem fomos mais do que crianças.

E se antes do que eu lewares o óbulo ao barqueiro
sombrio,
Eu nada terei que sofrer ao lembrar-me de ti.
Ser-me-ás suave à memória lembrando-te assim – à
beira-rio,
Pagã triste e com flores no regaço.

12/06/1914³

Este segundo poema, cujo comentário nosso será mais sucinto, visto se tratar de um poema maior, e visto possuímos um limite imposto ao tamanho do artigo, traz vários dos elementos diletos a Ricardo Reis: o estar à beira rio, o convite pseudo-amoroso, as reflexões sobre o passar do tempo. A amada aqui é outra, mas a atitude do Poeta é a mesma. Curiosamente aqui vem o desejo expresso de enlaçarem as mãos, mas que logo em seguida Reis perceberá que não vale a pena. A tranquilidade afetada pelo Poeta: “sossegadamente fitemos o seu curso”, se desfaz logo na estrofe seguinte: “depois pensemos, crianças adultas, que a vida / passa e não fica, nada deixa e nunca regressa, / vai para um mar muito longe, para ao pé do Fado, / mais longe que os deuses.” O “mais longe que os deuses” é um modo mais poético e mais vago de dizer o que para Neera Reis dissera mais diretamente: “depois quando envelhecermos / e nem os Deuses puderem / dar cor às nossas faces / e mocidade aos nossos colos”. Em um e noutro caso, novamente a terrível angústia das perdas inevitavelmente infligidas pelo tempo. E é esse seu sentimento constante de angústia diante da ação do tempo que o faz pouco depois ao desejo manifesto por um afeto, o de enlaçar as mãos, perceber os riscos inerentes a tal ação: “desenlacemos as mãos, porque não vale a pena cansarmo-nos. / quer gozemos, quer não gozemos, passamos como o rio. / mais vale saber passar silenciosamente / e sem desassossegos grandes.” Ricas as escolhas dos vocábulos cansar e silêncio. Teoricamente não há relação de sentido entre estar de mãos dadas, e ficar cansado por isso, mas esse “cansarmo-nos” que, na verdade, é cansar-me, pois ele inclui Lídia em uma

³ REIS, 2000, pp. 35-36.

angústia que é dele, enfim, esse “cansarmo-nos” é o penar futuro. É bom lembrar que cansar tem em si o sentido de volver, estar à roda de, e *dañar* (causar mal) que é justamente aquilo que Reis mais teme: no futuro ter que se debruçar sobre um passado carregado de lembranças (tormentos por não mais ser, por não mais ter), ou seja, de ter algo em si (as lembranças) que o faça ficar voltando em pensamento, o que lhe causaria mal. Neste sentido o que Ricardo Reis busca é a liberdade. E o “passar silenciosamente” ao qual se refere, não possui o sentido de oposto a barulho, mas no sentido de passar pela vida como quem quase não passasse. Passar sem ser notado pelos infortúnios, e pela própria vida. É nisto que reside o silêncio. Parece perverso, mas do que se trata é justamente isso: abdicar de viver, vivendo. Este é o sentido de silenciosamente, este é o sentido de seu viver: passar sem ser notado, sem ser percebido, sem deixar marcas na vida, para que ela não deixe marcas em si. Viver, na concepção de Reis, é muito perigoso, porque sentir é dar profundidade aos momentos da vida, e estes necessitam ser rasos para que suas perdas sejam igualmente silenciosas. É neste sentido que se justifica a troca proposta: “amemo-nos tranquilamente, pensando que podíamos, / se quiséssemos, trocar beijos e abraços e carícias, / mas que mais vale estarmos sentados ao pé um do outro / ouvindo correr o rio e vendo-o.” Toda a existência poética de Ricardo Reis é guiada pelo seguinte sentimento: “ao menos, se for sombra antes, lembrar-te-ás de mim depois / sem que a minha lembrança te arda ou te fira ou te mova, / porque nunca enlaçamos as mãos, nem nos beijamos / nem fomos mais do que crianças.” É muito curioso não encontrarmos na poesia de Reis a vivência da perda. O seu sofrimento é sempre expresso em sua poesia como um sofrer por antecipação, por imaginar o que seria não viver mais o que se viveu. No entanto, Reis não nos relata a perda em si, e suspeitamos que não a teria para relatar! A possibilidade imaginada de perder é o suficiente para lhe aterrorizar, e fazer com que renuncie a tudo aquilo que suponha que possa ser sentido como perda futura. É dessa maneira que ele trilha o seu presente, sempre com os olhos bem postos lá na frente: o futuro das perdas imaginadas. Não ter sido mais do que criança, como ele diz em conselho pseudo-amoroso, no sentido em que lemos o poema e a sua poética, é não haver entrado a sério na vida. É uma pena que a interlocução não seja permitida em suas odes, pois seria muito interessante poder ouvir o que teriam a dizer as três moças, sempre renunciadas por um homem apavorado. Não falam, ficamos sem saber. E esse desejo de Reis de não haver entrado a sério na vida culmina em um poema que, embora não seja endereçado

diretamente a uma das três “amadas”, tem como possível endereçamento todas três:

Não tenhas nada nas mãos
Nem uma memória na alma,

Que quando te puserem
Nas mãos o óbolo último,

Ao abrirem-te as mãos
Nada te cairá.

Que trono te querem dar
Que Átropos to não tire?

Que louros que não fanem
Nos arbítrios de Mínos?

Que horas que te não tornem
Da estatura da sombra

Que serás quando fores
Na noite e ao fim da estrada?

Colhe as flores mas larga-as,
Das mãos mal as olhaste.
Senta-te ao sol. Abdica
E sê rei de ti próprio.

19/06/1914⁴

O poema em questão, dos três aqui apresentados, é o mais direto quanto ao sentido vazio para a vida, pretendido por Reis: “não tenhas nada nas mãos / nem uma memória na alma” poderia ser o mote de toda a sua poética. Assim como posto, à maneira de dístico sentencioso, o vazio a que se propõe o Poeta, dissimuladamente como conselho a outrem, é em duas dimensões: a material e a afetiva (espiritual se quiserem). O vazio duplo significa não ter o que perder, logo, não ter o que sofrer. Neste sentido, aparentemente, ele estaria sendo estoico, por propor um desapego, tanto a nível material, quanto a nível emocional. No entanto, não se pode jamais perder de vista que

⁴ REIS, 2000, pp. 41-42.

desapego e renúncia são noções não sinônimas. O desapego pode gerar um desinteresse por algo, mas não implica renúncia. Não implica o abrir mão daquilo que é proveitoso, útil, prazeroso. Dispor de algo, porque convém, mas sem se restringir em sua ação ou pensamento a esse mesmo algo seria uma boa definição para desapego. Renúncia é não dispor de... é não querer, aquilo que seja útil, necessário, ou prazeroso. Na verdade, a renúncia possui obrigatoriamente, implicado, o interesse. Para que haja renúncia, há de haver o sentimento de perda do que se tem, ou do que se desejaria ter. Não faz sentido a escolha de Reis? Digamos que a austeridade de nosso Poeta é de outra casta. E ele explica qual seja: “que quando te puserem / nas mãos o óbolo último, / ao abrirem-te as mãos / nada te cairá.” É esta a casta de sua austeridade: trilhar a vida pela não perda. O que evidentemente não é austeridade. Se bem atentarmos, Reis é absolutamente inverso ao Estoicismo, porque é escravo de seus medos, e seu medo maior é o das perdas: seja a proporcionada pelo fluir do tempo, seja a proporcionada pela morte. A razão pela qual Reis aconselha a não ter nada nas mãos ou na alma é tão somente para não ter o que perder. Vejamos que o gozo de seu tempo de duração, isto não é posto em questão. A dor da perda, ou melhor, o imaginar o que seja a dor da perda, supera qualquer possível gozo! Em seguida o Poeta desfila uma série de perdas possíveis oferecidas pela vida: “que trono te querem dar / que Átropos to não tire? / que louros que não fanem / nos arbítrios de Minos? / que horas que te não tornem / da estatura da sombra / que serás quando fores / na noite e ao fim da estrada?” Juntamente com suas outras duas irmãs, Átropos fazia parte da tríade de moiras que regia a vida humana e a dos deuses. Mas a nomeação aqui exclusiva por Átropos (*Ἄτροπος*, inevitável, inflexível), se deve ao fato de ser ela encarregada em cortar o fio da vida. É ela que representa a perda de que tanto teme Ricardo Reis. Logo, é melhor não ter trono nenhum. Em relação ao próximo dístico, não precisamos exatamente o que o Poeta quis dizer, no entanto, assim o lemos: “que louros que não fanem / nos arbítrios de Minos?”, que glória (louros) que não se converterão em sofrimento (faina: trabalho) por conta dos caprichos da vida ou de outrem? Dante Alighieri, em sua *Divina Comédia*, narra Minos como um juiz do inferno responsável por ouvir a confissão dos mortos e deliberar a respeito do círculo de sofrimento a que caberia o morto. Talvez seja esta a referência de Reis. Minos como um juiz último a converter os louros da vida em trabalho, entenda-se, sofrimento. Por fim, fecha o Poeta as suas indagações com esta imagem altamente poética: “que horas que te não

tornem / da estatura da sombra / que serás quando fores / na noite e ao fim da estrada?” Porque, se qualquer perda afetiva é um tormento para Reis, a perda derradeira é a que mais lhe angustia e desespera. Assim, diante deste panorama de perdas sempre por vir, Reis termina com este último conselho: “colhe as flores mas larga-as, / das mãos mal as olhaste. / senta-te ao sol. Abdica / e sê rei de ti próprio.” A conjunção do ter e não ter, a posse e a renúncia expressas no primeiro verso, diz muito do jeito peculiar de ser de Ricardo Reis: “colhe as flores mas larga-as”. Sendo-lhe a perda sempre tão sentida, bastaria nunca ter tido, mas não é o que vemos aqui. O Poeta não se furta de aconselhar a que, ainda que brevemente, colha as flores. O largar, o não ter para não perder, já foi aqui amplamente exposto. Mas por que colhê-las? A nós parece que Ricardo Reis reconhece o valor íntimo, substancial, da vida, e, se a evita para não ter o que sofrer, reconhece que não ter em momento algum é uma miséria de outra natureza. Aí ele tenta uma conciliação bem difícil: ter como se não tivesse tido. Ou seja, o como se não tivesse tido lhe garante um futuro sem memória, e o ter brevemente lhe permitiria o gozo que a vida tem a oferecer. E por causa desta conciliação complicada que ele dirá no verso seguinte: “das mãos mal as olhaste”. O “mal olhaste”, olhar rapidamente, desinteressadamente, está neste sentido de poder gozar furtivamente sem se prender emocionalmente à coisa para se poupar de uma perda inevitável no futuro. A pergunta que caberia a Reis (ele não admite interlocutores em seus poemas) seria: qual o gozo possível em algo usufruído de maneira furtiva e desinteressada? Em todo caso, este é o equilíbrio complexo que ele comumente aconselha (deseja para si) em seus poemas: o do ter e não ter. Para Reis, quem conseguir tal equilíbrio atingirá a autarquia tão almejada pelos estoicos: “senta-te ao sol. Abdica / e sê rei de ti próprio.” Embora, no caso complexo de Ricardo Reis, o ser Rei de si próprio implique/necessite o colher as flores para usufruí-las furtivamente. Na verdade, como entendemos, há uma profunda angústia da qual o Poeta não consegue se livrar, e o Estoicismo lhe serve como mais uma tentativa de conciliação com os seus tormentos. O caminho trilhado por Ricardo Reis é o da renúncia, o que também é o do estoico, no entanto, em Reis, esta renúncia vem com contante relutância, e com um amargor que lhe azeda a vida, que lhe azeda o ser, que lhe tira qualquer paz de espírito tão característica do filósofo estoico. Reis é estoico? Sim e não. É um estoico complicado, provavelmente seria “reprovado” diante dos pupilos de Zenão de Cítio,

mas, a seu jeito, se relaciona de modo muito peculiar com a escola do Pórtico.

Conclusão:

A respeito da leitura que procedemos neste artigo em relação ao conceito *apatheia*, e da maneira como Reis a assimila, ou não a assimila, nós gostaríamos de trazer novamente o professor Giovanni Reale. O famoso professor italiano faz a seguinte consideração: “a felicidade, pois, é apatia, impassibilidade. A apatia que envolve o estoico é extrema, acabando por se tornar verdadeiramente enregelante e até desumana.” (REALE, 2007, p. 292) Temos aqui a aproximação inevitável com a palavra “apatia”. Apatia é um termo da Psicanálise, e também de largo uso na linguagem coloquial. Em ambos os casos o seu significado não difere: é não reagir a estímulos externos. Se nos debruçarmos na origem do termo *apatheia*, vemos que o seu significado perdeu. A palavra grega (à “sem” e *páthos* “paixão”; *a* + *páthos*) significa sem *páthos*, sem paixão. *Páthos* é tudo o que afeta o ser, seja fisicamente ou mentalmente (alma, íntimo), deste modo, *apatheia* é um estado de ânimo no qual o indivíduo não tem seu estado alterado diante de circunstâncias externas de qualquer natureza, quer sejam agradáveis ou desagradáveis. Apatia conserva de sua origem etimológica este não reagir a estímulos, mas nos parece que há um diferencial essencial: apatia é um estado doentio, e, como tal, não buscado pelo apático, ao passo que *apatheia* é também um estado de ânimo, no entanto, buscado por quem o possui. *Apatheia* seria fruto da conquista de um exercício mental para se colocar em tal estado. Neste sentido, Ricardo Reis poderia ser entendido como alguém no exercício de... mas, como procuramos demonstrar, ele se encontra ainda muito longe de obter a *ataraxia* proporcionada pela *apatheia*, ou está trilhando o caminho errado para que tenha êxito em tal propósito. Entendemos, na verdade, que Reis fez uma leitura equivocada, talvez intencionalmente, ou talvez porque seu espírito não admita outra possibilidade de ser diferente do que é, mas o fato é que Reis está muito longe de possuir “a apatia (*apatheia*) que envolve o estoico” e que o acaba por torná-lo “verdadeiramente enregelante” e desumano, como nos diz Reale. Em Reis, a passividade é encenação. É importante notar que, quando, de acordo com a concepção estoica, Reale afirma que “a felicidade, pois, é apatia, impassibilidade”, o que ele está apontando não é para o possuir uma sensação esfuziante no ser, isto é, um estado de alegria, pois seria

um contrassenso, visto que, como disse Reale, de acordo com “Zenão, elas (as paixões) devem ser destruídas, extirpadas e erradicadas totalmente”, logo, não há espaço para uma sensação de felicidade no ser. Quando Reale afirma “a felicidade, pois, é *apatheia*, impassibilidade”, entenda-se felicidade por tranquilidade, serenidade, ou, nas palavras do professor: impassibilidade. É esta impassibilidade que falta a Ricardo Reis, e é justamente esta a chave para se entender o conceito *apatheia*: um não se afetar por toda e qualquer coisa que nos atinja. É por isto que somos categóricos em afirmar que Reis trilhou um caminho peculiar, no qual pretende obter a impassibilidade se furtando de viver, isto é, pela renúncia.

Vejamos este passo de Marco Aurélio, em suas *Meditações*, exemplo categórico da imperturbabilidade almejada pelo estoico, imperturbabilidade esta que se obtém não pela renúncia, mas por uma conquista de estado de espírito autárquico:

Sê como o promontório contra o qual as ondas quebram e voltam a quebrar; mantém-se firme até que, por fim, as águas tumultuosas à sua volta se rendem e vão descansar. “Que infeliz sou, o que me havia de acontecer!” De modo nenhum; diz antes, “Que feliz que eu sou em não ter ficado com azedume, mas antes inabalado pelo presente e sem receio do futuro”. Aquilo podia ter acontecido a qualquer pessoa, mas nem todos ficariam assim sem azedume. (...) Isso que te aconteceu impede-te de ser justo, magnânimo, moderado, judicioso, discreto, verdadeiro, respeitador de ti próprio, independente, e tudo o mais que leva à realização da natureza do homem? Eis, então, uma regra a recordar no futuro, quando alguma coisa te tentar a sentires-te amargo: não “Isto é uma infelicidade”, mas “Suportar isto dignamente é uma felicidade”. (MARCO AURÉLIO, *Meditações*, Livro 4, Parágrafo 49)

Se valendo de uma construção poética, o Imperador-filósofo exorta o homem (estoico) a ser um promontório diante da vida (as ondas que quebram e voltam a quebrar). A imagem é muito precisa no que seja, ou pretenda ser, o estoico: a força e imponência de um promontório diante da obstinação das ondas do mar. E nos parece que seja esta mesma a postura almejada pelo filósofo estoico. Tal como o promontório, o estoico não se desvia do caminho devido, ou da posição reta perante a vida, por causa da inconveniência (que talvez lhe custe à vida) do bater das ondas do mar, para ficarmos dentro da imagem

metafórica. Note-se que a escolha do promontório exemplifica bela e precisamente a postura estoica de ser o que julga como devido ao ser, independentemente do que seja este devido. Tal como o promontório, o filósofo estoico não cede às vicissitudes constantes da vida, expressas no martelar incessante das ondas. Impassível, ele, o promontório (o filósofo estoico) persiste em permanecer em sua posição. E o promontório é invencível, inabalável, indiferente!⁵ Marco Aurélio aponta para aquilo que julgamos ser a virtude entrevista pelo estoico em seu ato: “Que infeliz sou, o que me havia de acontecer!” De modo nenhum; diz antes, ‘Que feliz que eu sou em não ter ficado com azedume, mas antes inabalado pelo presente e sem receio do futuro’”, pois é justamente a consciência de que “as ondas quebram e voltam a quebrar” que se manter inabalável e sem receio do futuro, entenda-se, das ondas que voltarão a quebrar, que o estoico entende ser virtuoso aquele homem que atinge o estado de *apatheia*. Para o estoico, a sua postura promontória, a sua postura de resignação-altiva, é uma de suas principais virtudes: “quando alguma coisa te tentar a sentires-te amargo: não ‘Isto é uma infelicidade’, mas ‘Suportar isto dignamente é uma felicidade’”. Curioso pensar que o amargor aqui em questão é em relação ao que a vida apresenta, em desagrado, ao homem, e da maneira como ele lida com a situação, e que em Ricardo Reis, o amargor é em relação ao que a vida dará, mas que ainda não deu: as perdas! O desespero de Reis é regido não pelo vivido, mas pela possibilidade de viver, e justamente para não viver as perdas, que ele se abstém de viver situações emocionais no tempo presente. Se pensarmos a vida como um diálogo de ação e reação, o estoico representa o não diálogo, porque elimina a resposta emocional às ações sofridas, justamente por entender a resposta como algo inútil e escravizadora do ser que sente. Reis também tenta evitar o diálogo, mas por outros meios: eliminando a outra parte, a da vida, que não encontrará em Reis com que dialogar, porque ali não há vida vivida, ou melhor, intensamente vivida. O estoico seria livre em seu pensamento justamente por não agir em

⁵ Cabe aqui uma ponderação: o promontório só é invencível a partir da perspectiva de duração da vida humana, porque, ao longo dos séculos, em um bater sucessivo, o mar vence o promontório, o que não é percebido dentro da duração de vida de quem observa. Na verdade, o mar vence diariamente (lentamente) o promontório, só não se percebe. Gostaríamos, no entanto, de dizer que tal observação não exclui a metáfora.

função do *páthos*, e como o *páthos* pode ser de qualquer natureza, nada mais coerente do que extirpar de si qualquer sensação de resposta.

A *apatheia* foi alcançada pelo poeta Ricardo Reis? Pela análise e discussão promovida aqui a respeito dos três poemas, parece fácil supor a resposta. Ao esvaziar a vida de significado, Reis a torna inofensiva, logo ele estaria invulnerável. Há um deslocamento no embate. O estoico trabalha em si as virtudes necessárias para o embate, e Reis trabalha na vida, dizemos isto porque Reis não é testado pela vida, como a metáfora do promontório de Marco Aurélio evidencia o ser estoico perante a mesma. E é esta justamente a intenção de nosso Poeta. Não podendo, ou pressentindo não poder “competir” com a vida, não tendo em si a resistência, resignação ou austeridade necessária ao embate com a mesma, nem a convicção de que poderia desenvolver em si tal natureza, a estratégia do Poeta foi esvaziar a vida para que o embate se tornasse algo suportável, logo, algo possível. Ricardo Reis não atinge a *apatheia*, porque não desenvolve em si a capacidade promontória de se manter inabalável aos acontecimentos da vida. Diríamos mesmo que a sua estratégia de vida é fugir do embate, é não se colocar à prova. Na verdade, é por se saber profundamente abalável por todo e qualquer lance da vida, que o nosso Poeta tenta se antecipar à mesma, ou seja, aos seus efeitos. E como faz isso? Não vivendo. O nosso estoico aqui é exatamente o inverso do ser almejado pelo filósofo estoico, pois este desenvolve em si, ou tenta desenvolver, a natureza necessária para o embate com a vida. Reis não apenas assim não procede, como não demonstra o menor interesse em desenvolver tal natureza austera para o enfrentamento do viver. No caso de nosso Poeta, é por se saber absolutamente frágil que Reis jamais vai para o “confronto”, ainda que este seja “apenas” um enlaçar de mãos. Não as enlaça, abdica da vida, não vai para o enfrentamento. Austero o Reis? Não! Reis é um medroso cuja austeridade é no máximo uma roupagem.

Referências bibliográficas

- MARCO AURÉLIO. *Meditações*. São Paulo: Iluminaras, 1995.
MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. 1. (A – D). São Paulo: Edições Loyola, 2000.
REALE, G. e ANTISERI, D. *História da Filosofia V.I*. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2007.
REIS, Ricardo. *Poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.